

TÍTULO: Metodologia para a mobilização coletiva e individual
(Met-MOCI)

AUTOR: JOSÉ MARIA T. DE ANDRADE

Metodologia é caminhar, é abrir caminhos, mas nem sempre uma caminhada é um percurso metodológico. Ao chegarmos em um determinado espaço, considerando-o como um ponto de partida, reconhecemos que já percorremos este caminho anterior. Chega-se sempre com o seu olhar, ou seja, com suas categorias de percepção, seus valores, seus preconceitos, suas ideologias. Tudo isto pode influenciar a visão que se faz de uma realidade local e de seu contexto.

Em nossa metodologia, adotamos, inicialmente, um olhar técnico das Ciências Humanas e Sociais para uma leitura mais aprofundada possível mas aberta sobre os aspectos da paisagem, ou seja, do meio e da cultura local, o que chamamos de *biocultural diversidade*. O primeiro desafio é apurar o nosso olhar, estabelecendo, em seguida, uma troca de olhares com os indivíduos que ali vivem e ali nasceram. O olhar dos habitantes pode ser chamado de olhar do vivido ou de representação da realidade local. Com isto, podemos combinar dados objetivos de uma realidade e seu contexto com elementos do imaginário e dos símbolos da experiência de vida local.

Tomemos, aqui, a imagem do prisma que decompõe as cores de um feixe de luz, para distinguirmos sem separar as dimensões da paisagem - as variáveis: históricas e geográficas, econômicas e políticas, sociais, culturais, religiosas e ambientais.

O conceito de paisagem permite-nos articular o meio natural e o cultural - a presença do homem. Como lembramos, anteriormente, a presença do homem é um fator de transformação do meio ambiente. Antes se falava de uma Geografia Física e Geografia Econômica... Fala-se, hoje, de Ciências da Terra, que respeitam os conjuntos de fatores geográficos que compõem um ecossistema. A diferença está, justamente, na mudança do olhar de um olhar disciplinar para um enfoque complexo. Antes, era o cientista que fazia o corte da realidade, construindo um objeto sob medida, de conformidade com sua disciplina especializada em seu enfoque. Hoje, o ponto de vista da complexidade permite-nos respeitar a eco-organização, procurando identificar o contorno desta realidade natural /cultural como um objeto que não somos nós quem delimitamos arbitrariamente, conforme um olhar mono-disciplinar.

Comunidade

Sabemos que o conceito de comunidade já foi bastante criticado pela sua ambigüidade conceitual. Só podemos dizer que existe comunidade quando se trata de grupos relativamente pequenos, homogêneos isolados como os grupos humanos que se dispersaram povoando a Terra Pátria. A rigor, existe, atualmente, comunidade em casos de populações indígenas tradicionais ou no caso de comunidades religiosas de monges ou de freiras. Onde existe a propriedade privada e a luta de classe há uma considerável heterogeneidade cultural ou tecnológica, não permitindo mais a existência propriamente de comunidades.

Nas Ciências Humanas e Sociais, contamos com duas tradições que merecem, aqui, ser lembradas: os estudos de comunidade e as enquêtes operárias. Os estudos de comunidade, de orientação funcionalista, descrevem seus distintos setores de vida podendo ser comparados com fatias de uma pizza cortada (cf. o exemplo clássico “*Mudanças*

culturais em Yutacan” de R. Renfeild). E as enquetes operárias, de tradição marxista levantam, por exemplo, as condições da vida de uma vila operária. Estas representavam, ao mesmo tempo, um instrumento de pesquisa como também uma ocasião de conscientização e de politização dos trabalhadores assalariados no contexto de luta de classe.

Em nosso fluxo metodológico, combinamos estas duas tradições ao modo de uma pesquisa – ação. Visamos a um diagnóstico técnico e a uma avaliação na troca de olhares, ou seja, um ver e um julgar para o agir. Vale a pena lembrarmos-nos, freqüentemente, da máxima que usávamos nos cursos de métodos e técnicas de pesquisa: **é tão importante ver as coisas como elas são, como também saber como estas mesmas coisas estão sendo vistas.**

Esta troca de olhares corresponde, quase sempre, ao olhar técnico verso olhar do vivido, o que mais adiante trataremos dessas, em termos de conhecimento popular e conhecimento científico.

Antes de tomarmos alguns exemplos de indicadores e variáveis, advindos de nossas trocas de olhares com as comunidades, com as quais já trabalhamos, faremos uma distinção conceitual quanto aos níveis ou fases da ação. Adotando o termo *comunidade*, já consagrado pelo seu uso, podemos distinguir: (a) ação comunitária; (b) trabalho comunitário; (c) mobilização comunitária.

(a) A ação comunitária é uma fase inicial de um trabalho social sem um projeto, portanto, não tem continuidade. Ela pode ser pontual ou provisória, não passando de sua fase inicial ou de uma ação de curta duração. Dela, não resulta propriamente um processo de desenvolvimento humano. O número de indivíduos, membros da comunidade que se beneficiaram e/ou participaram da ação, não foi suficiente para se obter uma transformação desejada e durável em termos de um processo educativo.

(b) Trabalho comunitário é uma ação de duração maior que mobiliza mais e melhor os recursos naturais e os atores locais. O processo de mobilização inicia seus primeiros passos e os cinco eixos metodológicos entram em funcionamento. O eixo da cultura, ou o pivô, como veremos a seguir, garante o funcionamento em espiral da vida comunitária: organização político-social, produção sustentável (rural, urbano e urbano), processo educativo e demanda de atenção em saúde.

O papel fundamental de diagnóstico inicial, de assessoria e de educação com os de atores e instituições externas, vai diminuindo na medida em que as próprias lideranças locais vão assumindo e fazendo apelo a recursos externos, conforme as demandas sentidas localmente (instituições de serviços públicos).

(c) Mobilização. Trata-se da continuidade e do aperfeiçoamento do trabalho comunitário em seu caráter sustentável ou ao longo prazo.

O processo de institucionalização do(s) projeto(s) comunitário(s) garante uma sucessão de gerações - os indivíduos crescem, sucedem-se nas funções organizativas. Alguns nascem, crescem, outros se mudam e outros morrem. É como uma mega instituição, a comunidade organizada, esta funciona com seus diversos setores. Trata-se,

em outros termos, de uma emancipação dos indivíduos e instituições em suas interações na sociedade civil, plenamente integrada à vida política e ao mercado.

Indicadores e variáveis chaves

Exemplo de fatores geográficos, sociais, políticos, econômicos, culturais, religiosos, históricos, ambientais...detectados no diagnóstico e levados em conta em ações comunitárias quando se tornam uns trabalhos comunitários, visando a um processo de mobilização.

Variáveis institucionais (2002)

Além do olhar técnico e da troca de olhares sobre as diferentes variáveis locais, torna-se indispensável a identificação das instituições já envolvidas numa paisagem. Os pressupostos de uma Economia Solidária nos fazem construir com a comunidade uma articulação entre instituições da sociedade civil, do Estado e as do mercado. Este último, de uma maneira ou de outra, faz-se presente sempre. São os insumos de um projeto de produção rural (sementes, trator...) ou urbana que são buscados junto aos fornecedores do mercado.

A Sessão extraordinária da Câmara de Vereadores do município de Mamanguape, ocorrida dia 12/03/02, é um exemplo desta articulação de instituições já envolvidas no trabalho comunitário, ou que podem vir a participar dele. Fizeram-se presentes as seguintes instituições: poder público municipal, Federação dos pequenos produtores, Sindicatos, Banco do Nordeste, INCRA...

Atores do processo metodológico

O(s) indivíduo (s)

“O sujeito é complexo por natureza e por definição. Estranho sujeito, portanto, pois ele é, de uma só vez, tudo e nada; singular e comum, comunicante e incomunicável. E mais, devemos integrá-lo na trindade humana [indivíduo → sociedade → espécie →] situa-lo na cultura, numa história...” (Edgar Morin) (1)

O indivíduo humano é considerado como um ser absoluto. Ator principal do processo educativo, sendo ele aluno ou professor, agente externo ou membro da comunidade, o indivíduo nunca poderia ser considerado com um meio, pois ele é um fim em si mesmo.

Numa primeira leitura do fluxo (ver desenho 1) consideramos, sobretudo, como indivíduo cada uma das pessoas a quem se destina o processo educativo. Os indivíduos interagem na comunidade alvo, seja através de entidades organizadas, locais, ou que ali atuam, das quais eles já são membros ou atuam individualmente, num primeiro momento, integrando-se também na ação → reflexão institucional.

O indivíduo assume um papel específico, conforme a natureza do processo educacional. Os papéis são diferenciados no caso da educação escolar, formal (o aluno); da

Educação de adultos ou da Educação contínua e no caso de auto-educação ou de auto-aprendizagem, que, inclusive, os novos meios de comunicação podem possibilitar.

A visão complexa ajuda-nos a ver de maneira dialógica o processo educacional do ponto de vista da motivação psicológica, da cognição individual e da participação de cada um no processo de mobilização.

Numa segunda leitura, são considerados indivíduos, cada um dos outros membros do processo, com papéis mais ou menos ativos ou distantes – educadores, técnicos, coordenadores, membros dos órgãos ou instituições envolvidas.

Grupo (s)

Neste item, lembramos a passagem ou a relação ego/outro.

Numa primeira leitura, consideramos o grupo de indivíduos a que se destina o processo educacional. Às vezes, é um grupo que já existe, que participa do processo de mobilização, o qual deve ser considerado no processo educativo. Às vezes, trata-se de um grupo formado durante, ou a partir de um processo em marcha. Se existe este objetivo suplementar de formação de um grupo (como uma cooperativa, associação, comissão...) a partir de um treinamento, o grupo merece ser levado em consideração em suas implicações do processo educacional. Ocorre também a participação ativa de grupos, que se articulam a partir de suas relações interpessoais, espontâneas, como de vizinhança. A mobilização favorece a identificação e a inclusão social de pessoas bem dotadas no saber e saber fazer tradicional, como no caso das plantas medicinais.

O grupo familiar é aqui privilegiado em qualquer que seja a situação. Ele continua a representar a instituição primordial (da complexidade bio-psico-social), sendo ao mesmo tempo, um núcleo de reprodução também econômica. Às vezes, apenas, um dos membros da família contemplado por um treinamento, havendo, entretanto, impactos diretos ou indiretos, imediatos ou mediatos, na vida do grupo familiar no contexto local.

Comunidade alvo

Preferimos acrescentar o conceito de alvo ao termo comunidade. Trata-se da comunidade com as quais já houve um longo *namoro*, toda esta fase anterior do olhar e das trocas de olhares.

A comunidade alvo, na medida em que se torna objeto de estudo para a mobilização, é vista por suas transformações internas e externas, ou seja, por suas relações com a sociedade civil, com o mercado e com o Estado. Na metodologia para mobilização, procura-se ultrapassar a barreira do assistencialismo, seja de indivíduos e entidades da Sociedade civil, seja do Estado.

Técnico(s)

O papel do técnico, como instrutor ou educador, é levado em consideração tendo em vista a dimensão de inovação tecnológica que de uma maneira ou de outra, é visada pelo processo educacional. É freqüente a dificuldade de integração de técnicos na mobilização, pois, tradicionalmente, por formação ou deformação de cada uma das nossas profissões, trata-se de ações especializadas, disciplinares e, portanto, desarticuladas do contexto e do

conjunto. O que pode parecer uma ação tecnicamente competente, racional, inovadora, pode resultar como prática, como se fosse uma ação pontual e assistencialista, sem conseqüências a médio e a longo prazo. Do ponto de vista de nossa metodologia, a ação → reflexão do técnico é potencializada e fortalecida a partir da linguagem, quando se faz conjuntamente com os outros atores sociais.

Órgão (órgãos)

Numa primeira leitura de nosso desenho 1, consideramos o órgão como fator do processo educacional. Este pode pertencer à esfera da sociedade civil, da sociedade política ou do mercado

A iniciativa de um treinamento e o conteúdo do programa deste treinamento são quase sempre ligados a um órgão (público ou privado, governamental ou não governamental). Iniciativas, objetivos, financiamentos e avaliação de um processo educativo articulam-se inevitavelmente.

Na metodologia da mobilização, reencontramos o triângulo educativo. O indivíduo é um fim, mas ele necessita integrar-se em ações institucionais no contexto social mais amplo. A relação entre indivíduos numa instituição, em sua dimensão educativa, pode ser vista e avaliada como relação educativa.

Da solidariedade e assistencialismo à promoção humana.

“O real só é real saturado de valores” (Joseph Gabel) (2)

“Existe uma relação ao mesmo tempo complementar e antagônica entre nossas duas fontes de realidade, a racional e a afetiva” (Edgar Morin) (3)

A solidariedade e o assistencialismo são comportamentos humanitários espontâneos que tendem a se institucionalizarem. Eles são, quase sempre, ações individuais, esporádicas e espontâneas. Alguém pode, individualmente, dá um peixe a alguém mas a aprendizagem da pesca só se dá em um grupo ou nas relações interpessoais e dentro de uma instituição.

A solidariedade e o assistencialismo são considerados como valores humanos, que funcionam como uma ação humana básica, mas que são insuficientes. Diante de um quadro de miséria absoluta de alguém, nem sempre é possível um indivíduo assumir totalmente e definitivamente a questão. Na campanha de Betinho muito assistencialismo foi feito, sem que se pudesse visar a um verdadeiro processo de promoção humana. Às vezes, por conta de quem dava, às vezes, por conta de quem recebia. Sabemos que, em condições de extrema miséria, o indivíduo necessita de alimentação, de higiene, de roupas, de dormidas...

Fluxo metodológico

Para entendermos este fluxo metodológico, é fundamental nos colocarmos criticamente na busca de uma nova perspectiva em termos de valores. Como diria J. Gabel (cf. epígrafe acima), o real está saturado de valores. A nossa utopia primordial (nossa *Terra sem mal*, nosso *País de São Saruê*) e nossa contra corrente, na mobilização complexa, avalia a reprodução de valores do próprio modelo de civilização capitalista, no qual estamos imersos desde os tempos coloniais.

A dialógica aqui se refere às nossas limitações de um agir local e de um pensar global. A nossa ação concreta de fato tende a ser local, isolada, paraibana, mesmo quando pretendemos, do ponto mais oriental das Américas, um dos mais distantes das fronteiras nacionais, inserir-nos num civismo planetário e numa cidadania terrestre. A reflexão complexa tende a ser a mais global, planetária e, por uma mundialização plural, em construção, graças à sociedade civil e as ONGs da Terra-Pátria. Seria mais demagógica que pertinente em nosso cotidiano uma formulação de tipo proverbial: agir local e pensar global, como também agir global e pensar local.

Num texto que Morin acaba de escrever (4), tratando, justamente da reflexão complexa, *para além da globalização e do desenvolvimento* ele distingue a nossa esperança de uma *sociedade-mundo*, da desesperança do *império mundo*. Graças ao nosso diálogo renunciamos ao termo desenvolvimento, que, para se manter enquanto velha ideologia colonialista e capitalista, adota novas maquiagens de humano, sustentável, integral.

1. Troca de experiências - desafios do saber e saber fazer

De nossas experiências locais, resultou esta etapa fundamental, na qual tenta-se um intercâmbio entre o saber e saber fazer local, que é popular ou tradicional e o saber e saber fazer mais planetário e complexo (C&T).

Aqui são levantadas as aspirações da comunidade, os temas recorrentes de preocupações, eventuais objetivos de projetos de ação coletiva.

O grande desafio é a troca de experiência entre o saber popular e o saber científico, que vão promover a interação e a integração das ações dos atores externos e internos que estão presentes na comunidade alvo. Este momento é, talvez, o mais delicado, pois, é dele que decorrem várias fases do processo de mobilização. Procura-se respeitar os traços culturais da *comunidade alvo*, inicia-se por reuniões de articulação, de diagnóstico, de reflexão e *resolutividades* sob a ótica dos atores internos. É impossível não lembrarmos aqui a herança da metodologia da Ação Católica, segundo a qual existe um ver, um julgar e um agir. Da discussão e hierarquização dos problemas, surgem as decisões, ou seja, a mobilização implica numa visão para julgar e julgar para agir

Os atores externos, por sua vez, depois de entenderem as demandas da comunidade, vão iniciando um processo educativo que vai se fortalecendo de forma interdisciplinar, através da veiculação de novas informações e conhecimentos pertinentes (C&T)..

2 - Planejamento

O planejamento é a etapa subsequente, uma vez que, o passo anterior esgota as questões que a *comunidade alvo* necessita para dinamizar a mobilização, montando programa(s).

Observa-se dois tipos de planejamento. O primeiro envolvendo mais os atores internos, o que chamamos de planejamento participativo. O segundo é executado mais por atores externos, chamamos de planejamento estratégico. Estas duas dimensões do planejamento garantem que todos os atores passem a trabalhar de forma conjunta. Ele visa envolver o Estado, a sociedade civil e o mercado na construção de instrumentos capazes de implantar ações transformadoras e que promova a inclusão social,

3 - Elaboração de Projetos, Programas e Convênios.

Após a implantação do planejamento, é a hora de se buscar o entendimento com os parceiros nos espaços institucionais do Estado, do mercado e da sociedade civil, para elaborar projetos e programas. Estes, advindos da vontade da coletividade, comportam os convênios institucionais, na perspectiva de implantação das políticas públicas e sociais.

4 – Execução das ações integradas

Esta etapa está relacionada com as atividades planejadas durante todas as fases anteriores do processo. Os atores internos assumem facilmente ações de curto prazo e que dependem exclusivamente da própria comunidade. Estas ações são o que denominamos de trabalho comunitário.

Aquelas ações que serão desenvolvidas a médio e em longo prazo, são atividades ligadas à estrutura da mobilização, dependem mais dos atores externos, sobretudo, do Estado e do mercado. Essas ações, que são denominadas de resolução, são, muitas vezes, implantadas através das políticas públicas, garantindo a mobilização em termos coletivos e individuais.

A mobilização é um processo individual e coletivo de promoção humana e de construção de cidadania. Este processo implica no respeito pelo indivíduo e na sua integração democrática nos grupos. Esta mobilização não trata de institucionalizar os indivíduos, nem de privatizar os grupos ou instituições.

A complexidade da mobilização poderá ser mais facilmente compreendida em seu fluxo a partir das relações educativas de nosso modelo triangular (que estudamos no cap.1).

A relação formativa se dá entre os indivíduos (**auto**) e a instituição (**exo**). Já a relação de aprendizagem se dá entre os indivíduos (**auto**) e o saber e saber fazer (**eco**), (ou seja a mesma casa = *oikos* em grego - da eco-nomia e de eco-logia). E a relação de ensino se dá entre as instituições, quanto as suas dimensões educativas e quanto a sua vocação ou objetivos a serem atingidos em termos de inovações e melhorias do contexto cultural, ou seja, o pivô que dinamiza a mobilização (**exo X eco**).

CINCO EIXOS DE AÇÃO

O desenho de nossa capa tenta representar, em três dimensões, um aspecto fundamental da metodologia do trabalho - a articulação dos cinco eixos do processo educativo. Tentaremos, inicialmente, mostrar o próprio *processo de elaboração* deste modelo, a exemplo do estruturalismo de C. Levi-Strauss. Em seguida, apresentaremos cada um dos eixos, separadamente, mas sem perdermos de vista as indispensáveis relações entre eles. Finalmente, em torno do eixo da Cultura, ou seja, do saber e do saber fazer, veremos algumas questões ligadas à presença da escrita como uma infra-estrutura ou de sua ausência, à cultura analfabeta.

Processo de elaboração dos cinco eixos

Contamos, inicialmente, com a realidade dos fatos, incluindo os dados empíricos e ação educativa. Partimos da realidade fazendo várias tentativas de construção provisória de um modelo e, em seguida, este modelo foi confrontado novamente com a realidade dos fatos. Neste processo, chegamos a elaborar um modelo provisório, como uma hipótese que vai ser em seguida submetida à realidade dos fatos. O objetivo do modelo é poder ler melhor a complexidade dos fatos, descobrindo a estrutura escondida ou imanente na realidade. Aparentemente contraditória, a realidade da experiência de trabalho de Extensão vai poder ser vista em sua estrutura complexa. De outro modo, a olho nu, por exemplo, não saberíamos compreender a realidade dos fatos locais e das ações educativas.

Ao longo das diferentes experiências de trabalho de Extensão, havia, necessariamente, mesmo no ativismo, uma priorização das áreas de nossa atuação, ou seja, de conformidade com as prioridades locais, dos contextos ou dos desafios vividos pelas comunidades. Foram surgindo estes cinco eixos de diagnóstico, de atuação e de avaliação. Os cinco eixos são: organização político-social, que é ao mesmo tempo causa e efeito da ação educativa; o processo educativo incluindo aspectos informais (cotidianos) e formais (acadêmicos); produção sustentável, sendo ela rural, urbana ou rurbana; atenção em saúde, como co-responsabilidade familiar e de serviço público; e finalmente, cultura, ou seja, o saber e o saber – fazer dos indivíduos e dos grupos.

Percebia-se, na prática, que havia uma estrutura interna, imanente de relações entre estas mesmas dimensões. Constava-se que havia uma certa hierarquia entre os eixos, de tal modo que não era qualquer um dos eixos que impulsionava um outro ou os demais eixos. Claro que os cinco eixos eram vistos como indispensáveis, cada um com sua limitação e potencialidade. Isto, independentemente de ter sido reconhecido como prioritário no vivido da comunidade. Por exemplo, a questão da saúde poderia ter sido, como na maioria dos casos, a questão inicial ou prioritária dentre os problemas vividos pela comunidade – o saber e o saber fazer quanto a remédios e alimentação.

Por um lado, havia uma interdependência entre estes eixos, eles eram solidários. Mas por outro lado, não era qual um que arrastava um dos outros. Uma primeira questão seria descobrir qual hierarquia existia entre os eixos. Qual dos eixos teria um estatuto diferenciado para poder garantir a articulação dos outros quatro. Esta foi uma primeira

descoberta: o eixo que chamamos de **cultura** poderia servir de pivô, fazendo circular os quatros outros, representados no sentido horizontal.

Sempre ouvíamos falar de Educação e Saúde como sendo solidários. Quando vamos discutir o sistema de saúde / doença, supomos sempre os indivíduos como doentes. O conceito de saúde significa um estado de bem estar psíquico e social (cf. Conceito de Saúde da Organização Mundial da Saúde em sua Conferência de 1980). Para isto as pessoas necessitam ter acesso, não somente às mercadorias, como também aos bens da natureza (ar puro, terra, água, espécies vegetais animais), além da infra-estrutura cultural da Ciência e Tecnologia (C&T) - o saber e saber fazer.

De fato, a relação entre estas duas dimensões do trabalho era clara: não podia haver atenção à Saúde sem educação, nem educação sem saúde: ou seja, o que chamamos de educação em saúde. Na prática, entretanto, estas duas dimensões do trabalho de extensão não andavam juntas, no sentido de que uma dimensão não arrastava a outra. Vejamos como mobilizar as pessoas doentes, uma vez que estes doentes não podiam ser mobilizados. Faltava, entretanto, uma terceira dimensão para fazer esta relação, ou seja, para fazer acontecer a educação na saúde e a saúde na educação. Qual era, portanto, esta nova dimensão? Era a Cultura, o respeito às especificidades locais, a maneira de ser e de pensar, as tradições, os hábitos - os hábitos alimentares - e a Medicina tradicional, por exemplo. Na Cultura, incluímos, aqui, a linguagem que é como uma pré-condição, para a comunicação, para o diálogo, inclusive para as trocas de saberes e o intercâmbio entre saber popular e saber científico.

O saber acadêmico, compartimentado de disciplinas isoladas, dificilmente se articula numa ação interdisciplinar e numa vulgarização avanços da Ciência. Podemos entender, facilmente, mesmo que as políticas de pesquisa não esclareçam, que em sua maioria, estes avanços da C&T, são destinados e canalizado pela industria, não servindo inicialmente ou diretamente para os indivíduos.

Os cinco eixos da mobilização

Chegamos a um programa com características interdisciplinares para podermos entender o homem de forma plena. Seria necessário que esse programa respeitasse as dimensões físicas, biológicas e antro-po-sociais do homem. Neste sentido, foi desenvolvido com o apoio do Programa de Bolsas de Extensão da COPAC/PRAC/UFPB a partir do ano de 1990, o **Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária**, o mesmo se destacou por uma série de atividades implantadas em várias comunidades, obedecendo a cinco eixos principais. Vejamos cada um deles, distintamente, lembrando, entretanto, as relações de interdependência que existem entre eles.

1. **Organização político-social,**

O primeiro eixo tem por objetivo a auto-organização no campo político/social dos atores sociais responsáveis em promoverem a transformação social da comunidade. Partimos do entendimento que este eixo é um pré-requisito para ações institucionais, planejadas, a exemplo do seguinte eixo. Qual será o papel dos atores locais com relação às questões de políticas públicas e sociais de responsabilização social do **Estado**? Este eixo garante o papel da **sociedade civil organizada**, em termos de controle social, articulando

Estado e mercado. A responsabilidade social oriunda do **mercado** pode entrar em parceria com atores locais, tendo por objetivo promover uma produção sustentável.

Para um programa, não seria possível pensar em mobilização sem que se pensasse ao mesmo tempo no processo organizativo dos atores possível promotores dessa mobilização. Muitas vezes, os diferentes órgãos públicos se encontram na comunidade e não se apercebem da presença um do outro, sendo, entretanto, elementos importantes para promoverem ações conjuntas com a sociedade civil, a exemplo das associações comunitárias, dos sindicatos e até dos movimentos sociais. Por outro lado, os órgãos de imprensa, formadores de opinião, e, ainda, os órgãos e técnicos responsáveis pela aplicação das políticas públicas e sociais, muitas vezes, agem de forma assistencial, sem nenhuma participação popular. Finalmente, o mercado, que é o maior responsável / irresponsável pelo processo econômico, é o gerador de emprego e renda para a classe trabalhadora, mas ainda está longe de uma visão de economia solidária. Este é concentrador de bens e riquezas do ponto de vista apenas da economia. A concorrência de mercado liberal realimenta um dos mais antigos conflitos da humanidade, conhecido como **capital X trabalho** – cuidado o mercado come gente.

2. *Produção sustentável*

O segundo eixo está ligado à produção econômica, onde estão envolvidos todos os elementos promotores de riquezas existentes na paisagem. Esses elementos são responsáveis pela produção econômica e sua distribuição de forma mais justa, favorecendo os diversos estratos sociais, promovendo a inclusão da população economicamente ativa no mercado de trabalho, dando-lhes acesso às políticas públicas.

Sobre esse eixo, recai a responsabilidade de preservação do meio ambiente e de se produzir por intermédio da economia, as infra-estruturas coletivas, ou os bens indivisíveis, como também os bens de consumo, o capital e a subsistência. Ele visa integrar todas as cadeias produtivas possíveis e os serviços que possam promover a inclusão social, respeitando-se as individualidades existentes dentro de cada segmento social, político e econômico. O eixo ajuda no processo de distribuição de renda, de forma que possa vir a colaborar na construção de um modelo produtivo capaz de alimentar o mercado interno e externo. Cuida da subsistência, visando produzir alimentos em quantidade e qualidade para todos os elementos da sociedade.

3) **Processo educativo**

O terceiro eixo está voltado para o **processo educativo** construído, quase sempre, informalmente, pois ele se processa no cotidiano da vida das pessoas, respeitando o acúmulo de experiências e da vivência adquirida ao longo da vida. Este processo educativo leva em conta o que se transmite de pais para filhos, amigos e vizinhos, chegando a atingir toda coletividade. O trabalho do agente comunitário de saúde é um bom exemplo desse processo, quanto às transformações e inovações exigidas e assumidas no cotidiano local. A própria participação do pessoal universitário, na Extensão, não deixa de representar uma presença institucional e uma aspiração a um processo de institucionalização.

A *comunidade alvo* atinge um processo de mobilização quando aparece um programa articulado de trabalhos, envolvendo os atores internos, como as lideranças comunitárias mais antigas, as pastorais, os agentes comunitários de saúde e os líderes sindicais. Um programa surge a partir das demandas formuladas por esses atores educativos, que vão sendo fortalecidos através da articulação com os atores externos. Trata-se de fazer interagir o saber popular, o respeito dos traços culturais com o saber científico, utilizando-se de novos meios e instrumentos da Ciência e da Tecnologia através do processo educativo da mobilização.

4. Demanda de atenção em saúde

O quarto eixo, está ligado à demanda de atenção em saúde. O desafio aqui é mais uma vez fazer interagir, como vimos, acima, o saber popular em saúde como novas informações e conhecimentos, avanços e inovações, que possam ser apropriadas no contexto local, quanto à alimentação, à higiene, e à prevenção individual e coletiva. A demanda de atenção em saúde, ilustra a dialógica autonomia / dependência: a autonomia dos indivíduos com relação a seu corpo e sua saúde/ doença, como a responsabilidade vital de uma mãe de família e sua dependência com relação aos serviços de saúde e o saber médico.

Um estudante de Medicina no Estágio de Vivência conhece, ou melhor, reconhece certas heranças do saber e saber fazer tradicional da atenção em saúde, sabendo que no cotidiano, antes e depois de uma rara consulta, a mãe de família necessita aumentar sua própria capacidade de gerir no cotidiano o processo de saúde / doença. A epidemia de dengue ilustra bem a co-responsabilidade individual e coletiva da mobilização quanto à atenção em saúde.

5. A Cultura

O quinto eixo, como o desenho da capa procura ilustrar, é vertical, representando um pivô que faz mover as linhas que se cruzam. Em termos de saber e saber fazer, a Cultura se realimenta também dos quatro eixos horizontais da mobilização .

A linha da educação e saúde, que acabamos de tratar nos dois últimos eixos, pode ser lida em relação à Cultura, quer dizer, em termos de saber e saber fazer, tanto no aspecto tradicional e já disponível, como em termos de avanço e inovação indispensável ao processo de desenvolvimento humano. *A Ciência com Consciência* corresponde aos novos saberes e aos meios tecnológicos a serviço da vida e do homem, correspondem ao novo saber fazer humano, individual e coletivo.

Para uma melhor compreensão do eixo da Cultura sentimos a necessidade de nos referirmos ao saber e saber fazer tradicional, analfabeto em suas relações com a C&T.

